

Prefeitura Municipal de

CARUARU

do Estado de Pernambuco

Questões Comentadas e Gabaritadas de
Legislação de Trânsito

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

1. (DETRAN-MA – ASSISTENTE DE TRÂNSITO – FCC – 2018) O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional é regido pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB. Nesse sentido, considere:

- I - Ruas e avenidas sem pavimentação.
- II - Caminhos e passagens.
- III - Estradas e rodovias com sinalização horizontal.
- IV - Praias abertas à circulação pública.
- V - Vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo.
- VI - Vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas.

São classificadas como vias terrestres as que constam em:

- a) I, II e VI, apenas.
- b) I, III, IV e V, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) V e VI, apenas.
- e) I, II, III, IV, V e VI.

2. (DETRAN-SP – OFICIAL DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) De acordo com o art. 1.º do CTB, considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas:

- a) isoladas ou em grupos, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.
- b) veículos, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, estacionamento e operação de carga ou descarga.
- c) veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.
- d) veículos, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.
- e) veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada e operação de carga ou descarga.

3. (PRF – POLÍCIA RODOVIÁRIO FEDERAL – FUNRIO – 2009) O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se pelo Código de Trânsito Brasileiro instituído pela lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997. Assim, é **correto** afirmar que:

- a) O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Estadual de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.
- b) Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, sendo necessária a comprovação de culpa, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

c) Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, não incluindo neste caso a preservação da saúde e do meio-ambiente.

d) Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

e) As disposições deste Código são aplicáveis a qualquer veículo, bem como aos proprietários, condutores dos veículos nacionais ressalvados os veículos estrangeiros e as pessoas nele expressamente mencionadas.

4. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2008) Julgue os itens a seguir, relativos a conceitos utilizados para a interpretação do CTB.

I - Caminhonete: veículo misto destinado ao transporte de passageiros e carga no mesmo compartimento.

II - Ilha: obstáculo físico, colocado na pista de rolamento, destinado à ordenação dos fluxos de trânsito em uma interseção.

III - Tara: peso próprio do veículo, acrescido dos pesos da carroçaria e equipamento, do combustível, das ferramentais e acessórios, da roda sobressalente, do extintor de incêndio e do fluido de arrefecimento, expresso em quilogramas.

IV - Veículo de grande porte: veículo automotor destinado ao transporte de carga com peso bruto total máximo superior a 10.000 kg e de passageiros, superior a vinte passageiros.

A quantidade de itens **certos** é igual a:

- a) 0.
- b) 1.
- c) 2.
- d) 3.
- e) 4.

SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO

5. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – FUNCAB – 2014) Compete à Polícia Rodoviária Federal, consoante o Código de Trânsito Brasileiro:

a) cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições; realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, e incolumidade das pessoas, o patrimônio da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como o de terceiros: fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais executar a fiscalização de trânsito, quando e conforme convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários concomitantemente com os demais agentes credenciados.

b) cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições; realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com

a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União, Estados e Distrito Federal, bem como o de terceiros; fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.

c) cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições; realizar investigação, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio dos entes federativos em geral e o de terceiros; fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.

d) cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições; realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, e incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros; fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais; executar a fiscalização de trânsito, quando e conforme convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários, concomitantemente com os demais agentes credenciados.

e) cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições; realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, e incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros; fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.

6. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO 1 – FUNCAB – 2014) No que concerne às multas aplicadas em virtude de infrações de trânsito, é **correto** afirmar que:

a) poderão ser elas aplicadas e arrecadadas pela Polícia Rodoviária Federal, que, no entanto, não poderá arrecadar valores correspondentes à estada e remoção de veículos.

b) além de sua aplicação e arrecadação, incumbirá à Polícia Rodoviária Federal também a arrecadação de valores correspondentes à estada e remoção de veículos.

c) além de sua aplicação e arrecadação, incumbirá à Polícia Rodoviária Federal também a arrecadação de valores correspondentes à remoção, mas não à estada de veículos.

d) além de sua aplicação e arrecadação, incumbirá à Polícia Rodoviária Federal também a arrecadação de valores correspondentes à estada, mas não à remoção de veículos.

e) não serão elas arrecadadas pela Polícia Rodoviária Federal, já que o órgão responsável pela arrecadação de receitas da União é a Receita Federal.

7. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO 1 – FUNCAB – 2014) De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro:

a) Ficará a Polícia Rodoviária Federal responsável por fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, devendo autuar em flagrante delito quem quer que criminosamente prejudique a saúde humana, a fauna ou a flora, através da emissão irregular.

b) Faculta-se à Polícia Rodoviária a execução de operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros, podendo assim agir sempre que houver convênio com a Polícia Federal.

c) Afim de aprimorar seus serviços, deverá a Polícia Rodoviária Federal coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, repassando-os ao CONTRAN para que este órgão determine as medidas operacionais que serão obrigatoriamente adotadas pela Polícia Rodoviária Federal.

d) Deverá a Polícia Rodoviária Federal implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito.

e) Incumbirá à Polícia Rodoviária Federal realizar patrulhamento ostensivo nas rodovias e estradas federais, bem como nas estaduais, desde que celebrado convênio com o Governo do Estado e sob supervisão da Polícia Militar.

Instrução: Nas questões a seguir, preenche nos campos a seguir o campo designado com o código **C**, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item ERRADO.

8. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2004) Considerando a terminologia e a tipificação de veículos automotores, bem como os requisitos para que estes circulem em vias públicas, julgue os itens subsequentes.

Características, especificações básicas, configuração dos veículos e condições essenciais para registro, licenciamento e circulação serão estabelecidas pelo Sistema Nacional de Trânsito por intermédio do CONTRADIFE.

() Certo () Errado

9. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – FUNRIO – 2009) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão os respectivos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários, estabelecendo os limites circunscricionais de suas atuações. Sobre as competências atribuídas aos respectivos órgãos e entidades que compõem o Sistema Nacional de Trânsito é **correto** afirmar que:

a) compete ao Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) estabelecer as normas regulamentares referidas neste Código e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito e coordenar os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, objetivando a integração de suas atividades.

b) compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito (CE-TRAN) e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal (CON-TRANDIFE) avocar, para análise e soluções, processos so-

bre conflitos de competência ou circunscrição, ou, quando necessário, unificar as decisões administrativas e dirimir conflitos sobre circunscrição e competência de trânsito no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal.

c) compete às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI) cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito das respectivas atribuições; elaborar normas no âmbito das respectivas competências; responder a consultas relativas à aplicação da legislação e dos procedimentos normativos de trânsito.

d) compete ao órgão máximo executivo de trânsito da União julgar os recursos interpostos pelos infratores; solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida; encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre problemas observados nas atuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.

e) compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais, cumprir e fazer cumprir a legislação de trânsito e a execução das normas e diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN, no âmbito de suas atribuições; proceder à supervisão, à coordenação, à correção dos órgãos delegados, ao controle e à fiscalização da execução da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito.

PEDESTRES E CONDUTORES DE VEÍCULOS NÃO MOTORIZADOS

Instrução: Nas questões a seguir, preenche nos campos a seguir o campo designado com o código **C**, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item ERRADO.

As ações de respeito para com os pedestres

– Motorista, ao primeiro sinal do entardecer, acenda os faróis. Procure não usar a meia-luz.

– Não use faróis auxiliares na cidade.

– Nas rodovias, use sempre os faróis ligados. Isso evita 50% dos atropelamentos. Seu carro fica mais visível aos pedestres.

– Sempre, sob chuva ou neblina, use os faróis acesos.

– Ao se aproximar de uma faixa de pedestres, reduza a velocidade e preste atenção. O pedestre tem a preferência na passagem.

– Motorista, atrás de uma bola vem sempre uma criança.

– Nas rodovias, não dê sinal de luz quando verificar um trabalho de radar da polícia. Você estará ajudando um motorista irresponsável, que trafega em alta velocidade, a não ser punido. Esse motorista, não sendo punido hoje, poderá causar uma tragédia no futuro.

– Não estacione nas faixas de pedestres.
Internet: <<http://www.pedestres.cjb.net>> (com adaptações).

Considerando o texto, julgue o item a seguir.

10. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2002)

Entre os diversos fatores que ampliam as ações de respeito para com os pedestres, está o fortalecimento do conceito de cidadania, marcante na civilização contemporânea.
() Certo () Errado

11. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2002)

Não é absoluta a preferência, referida no quinto tópico, dos pedestres que atravessam a via sobre as faixas delimitadas para esse fim, já que, havendo sinalização semaforizada no local, eles só poderão atravessar a via quando o sinal luminoso autorizar. Entretanto, é absoluta a preferência em faixas onde não estejam posicionados agentes de trânsito nem semáforos, requerendo-se, contudo, que os pedestres deem um sinal de advertência aos motoristas antes de iniciarem a travessia.
() Certo () Errado

12. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – FUNRIO – 2009) É assegurada ao pedestre a utilização dos passeios ou passagens apropriadas das vias urbanas e dos acostamentos das vias rurais para circulação, podendo a autoridade competente permitir a utilização de parte da calçada para outros fins, desde que não seja prejudicial ao fluxo de pedestres. Em relação aos pedestres e aos condutores de veículos não motorizados é **correto** afirmar que:

a) nas áreas rurais, quando não houver passeios ou quando não for possível a utilização destes, a circulação de pedestres na pista de rolamento será feita com prioridade sobre os veículos, pelos bordos da pista, em fila única, e também em locais proibidos pela sinalização e nas situações em que a segurança ficar comprometida

b) nas vias urbanas, quando não houver acostamento ou quando não for possível a utilização dele, a circulação de pedestres, na pista de rolamento, será feita com prioridade sobre os veículos, pelos bordos da pista, em fila única, em sentido contrário ao deslocamento de veículos, e também em locais proibidos pela sinalização e nas situações em que a segurança ficar comprometida.

c) nos trechos urbanos de vias rurais e nas obras de arte a serem construídas, deverá ser previsto passeio destinado à circulação dos pedestres, que deverão, nessas condições, usar o acostamento.

d) onde não houver obstrução da calçada ou da passagem para pedestres, o órgão ou entidade com circunscrição sobre a via deverá assegurar a devida sinalização e proteção para circulação de pedestres.

e) o ciclista desmontado empurrando a bicicleta equipara-se ao pedestre em direitos e deveres.

13. (DETRAN-PE – ANALISTA DE TRÂNSITO – FUN-CAB – 2010) Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, o ciclista desmontado empurrando a bicicleta deverá:

- circular pelos bordos da pista em fila dupla.
- deslocar-se por entre os carros.
- atravessar quando o semáforo estiver indicando a cor verde para os pedestres.
- circular pela contramão da via.
- evitar ruas e avenidas movimentadas.

ENGENHARIA DE TRÁFEGO

Instrução: Nas questões a seguir, preenche nos campos a seguir o campo designado com o código **C**, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o tem ERRADO.

14. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2002) Julgue o seguinte item, relativo ao trânsito nas vias brasileiras, segundo o CTB.

Considere a seguinte situação hipotética.

Em julho de 1999, após o levantamento das informações necessárias, o órgão competente deliberou construir uma ondulação transversal em determinada rodovia, de modo que, no segmento, a velocidade máxima fosse reduzida. Ademais, em outro segmento, seria colocado um sonorizador.

Nessa situação, a colocação da ondulação e do sonorizador não contrariará a legislação de trânsito, mas terá de ser realizada em consonância com os padrões e critérios estabelecidos pelo CONTRAN.

() Certo () Errado

15. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2002) Considere as seguintes situações hipotéticas, envolvendo veículos, velocidades e vias desprovidas de sinalização regulamentadora de velocidade:

I - trólebus (ônibus elétrico) transitando a 50 km/h em uma via local;

II - motocicleta transitando a 80 km/h em via arterial;

III - microônibus transitando a 108 km/h em uma via de trânsito rápido;

IV - ônibus transitando a 108 km/h em uma rodovia;

V - caminhão transitando a 80 km/h em uma via arterial;

VI - camioneta transitando a 95 km/h em uma estrada;

VII - automóvel transitando a 100 km/h em uma estrada;

VIII - caminhão transitando a 60 km/h em uma via coletora.

Com relação às situações descritas acima, julgue o item a seguir, de acordo com o CTB.

O tipo de veículo que transita nas vias mencionadas nas situações I, II, III e V é irrelevante para efeito de definição da velocidade máxima permitida.

() Certo () Errado

16. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – FUNRIO – 2009) O CONTRAN estabelecerá as normas e regulamentos a serem adotados em todo o território nacional quando da implementação das soluções adotadas pela Engenharia de Tráfego, assim como padrões a serem praticados por todos os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito. É **correto** afirmar sobre engenharia de tráfego, operação, fiscalização e policiamento ostensivo de trânsito que:

a) qualquer obstáculo à livre circulação e à segurança de veículos e pedestres, tanto na via quanto na calçada, caso não possa ser retirado, deve ser devida e imediatamente sinalizado, sendo proibida a utilização das ondulações transversais e de sonorizadores como redutores de velocidade, independente de casos especiais definidos pelo órgão ou entidade competente, nos padrões e critérios estabelecidos pelo DETRAN.

b) nenhuma obra ou evento que possa perturbar ou interromper a livre circulação de veículos e pedestres, ou colocar em risco sua segurança, será iniciada sem permissão prévia do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via, salvo se autorizada por decreto do poder executivo da localidade.

c) a obrigação de sinalizar é do responsável pela execução ou manutenção da obra ou do evento, juntamente com a polícia militar e a guarda municipal.

d) nenhum projeto de edificação que possa transformar-se em polo atrativo de trânsito poderá ser aprovado sem prévia anuência do órgão ou entidade com circunscrição sobre a via e sem que do projeto conste área para estacionamento e indicação das vias de acesso adequadas.

e) obrigatoriamente a autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via avisará a comunidade, por intermédio dos meios de comunicação social, sempre com quarenta e oito horas de antecedência, de qualquer interdição da via, indicando-se os caminhos alternativos a serem utilizados.

17. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2008) Acerca da regulamentação do CONTRAN para utilização de sistemas automáticos não metrológicos de fiscalização, nos termos do CTB, assinale a opção **correta**:

a) O sistema automático não metrológico de fiscalização não precisa ter sua conformidade avaliada pelo INMETRO, ou entidade por ele acreditada.

b) A imagem detectada pelo sistema automático não metrológico de fiscalização deve permitir a identificação do veículo e, no mínimo, registrar a placa do veículo e o dia da infração, não sendo necessário, portanto, constar o horário da infração.

c) A imagem detectada pelo sistema automático não metrológico de fiscalização deve permitir a identificação do veículo, mas não é necessário registrar o local da infração.

d) Compete à autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via dispor sobre a localização, instalação e operação de sistema automático não metrológico de fiscalização. Quando utilizado esse tipo de sistema na fiscalização, é obrigatória a presença da autoridade ou do agente da autoridade de trânsito no local da infração.

e) Antes de efetivar o uso do sistema para a fiscalização de infrações decorrentes da inobservância de sinalização, a autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via deverá verificar se a sinalização de regulamentação de trânsito exigida pela legislação está em conformidade com essa legislação.

18. (DETRAN-SP – AGENTE DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Nos termos do CTB, um veículo identifica-se, obrigatoriamente, por

- documento e placa traseira.
- gravação do chassi ou monobloco e placas dianteira e traseira.
- documento e gravação do chassi ou monobloco.
- documento e placas dianteira e traseira.
- gravação do chassi ou monobloco.

19. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2008) Entre as autoridades públicas apresentadas nas opções a seguir, aquela cuja placa em veículo de representação pessoal usa as cores verde e amarela da Bandeira Nacional é o:

- presidente de tribunal federal.
- governador de estado.
- procurador-geral da República.
- oficial general das Forças Armadas.
- prefeito.

20. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2008) A Resolução nº 32/1998 do CONTRAN aprovou modelos de placa para veículos de representação de diversas autoridades. Acerca dessas placas, assinale opção **correta**.

a) Os prefeitos municipais podem determinar os modelos de placas de veículos oficiais utilizados por ele e sua equipe, o que se explica pelo princípio da separação dos poderes.

b) Os modelos de placas dos veículos oficiais de representação de governador de estado ou do DF serão, necessariamente, diferentes dos modelos de seus vices.

c) Os modelos de placas de representação para veículos oficiais dos ministros dos tribunais serão utilizados mediante solicitação dos presidentes dessas cortes.

d) Nos veículos oficiais utilizados por prefeitos municipais, as placas terão fundo vermelho e letras e números em branco, sendo opcional o emblema da unidade federativa.

e) A resolução mencionada permite que as dimensões das placas de veículo oficial sejam livremente escolhidas pela autoridade que utilizará o veículo.

PENALIDADES

Instrução: Nas questões a seguir, preenche nos campos a seguir o campo designado com o código **C**, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o tem ERRADO.

21. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Com base na legislação da PRF, julgue os itens que se seguem.

A autoridade de trânsito, na esfera de suas atribuições, poderá aplicar, quando cabível, penalidade consistente na frequência obrigatória em curso de reciclagem, sem prejuízo das punições originárias de ilícitos penais decorrentes de crimes de trânsito.

() Certo () Errado

22. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2002) Julgue o seguinte item, relativo ao trânsito nas vias brasileiras, segundo o CTB.

Uma mãe que necessite conduzir os seus quatro filhos, com idades entre cinco e nove anos, não poderá transportá-los, todos de uma só vez, em um carro com capacidade para quatro passageiros, pois o CTB proíbe expressamente que crianças com idade inferior a dez anos sejam transportadas no banco dianteiro.

() Certo () Errado

23. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2004) Acerca das resoluções do CONTRAN, julgue o item que se seguem.

Considere a seguinte situação hipotética. Em um veículo esportivo dotado de bancos exclusivamente dianteiros, um motorista transportava seu filho de 8 anos de idade. No trajeto, pai e filho usavam cinto de segurança. Nessa situação, por ter praticado uma infração de trânsito de natureza gravíssima, o motorista ficará sujeito à penalidade de multa, além da retenção do veículo.

() Certo () Errado

24. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2004) Os condutores habituados a se comportarem mal ao volante foram surpreendidos em 1997 por uma legislação mais rigorosa que a anterior, que passou a não mais tolerar a conduta agressiva, prevendo até prisão para alguns delitos e também multas onerosas. Considerando o sistema de pontuação negativa adotado pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), julgue o item a seguir.

Se, após obter sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH), um jovem motorista, no decorrer de um mês, cometer duas infrações de natureza gravíssima, uma de natureza grave e 5 de natureza média, sua CNH será automaticamente cassada pelo órgão competente.

() Certo () Errado

25. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – FUNRIO – 2009) Ao fiscalizar uma "Van" com capacidade para dez passageiros, incluindo o motorista, o Policial Rodoviário Federal verifica que o condutor do veículo está habilitado na categoria "B". Nesse caso, o **certo** seria:

- considerar leve a infração e apenas multar.
- apreender o veículo e recolher a habilitação.
- multar, deter o motorista e apreender o veículo.
- multar, apreender o veículo e cassar a CNH.
- recolher o certificado de registro do veículo.

26. (DETRAN-SP – OFICIAL DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Nos termos do art. 293 do CTB, a penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor tem a duração de:

- a) 3 (três) meses a 5 (cinco) anos.
 b) 3 (três) meses a 4 (quatro) anos.
 c) 2 (dois) meses a 4 (quatro) anos.
 d) 2 (dois) meses a 5 (cinco) anos.
 e) 1 (um) mês a 2 (dois) anos.

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

Instrução: Nas questões a seguir, preenche nos campos a seguir o campo designado com o código **C**, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o tem ERRADO.

27. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Com base na legislação da PRF, julgue os itens que se seguem.

Comete infração de trânsito gravíssima, punível com multa, o condutor que não reduz a velocidade do veículo de forma compatível com a segurança do trânsito, quando se aproxima de passeatas, manifestações populares e aglomerações.

- () Certo () Errado

28. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2002) Considere a seguinte situação hipotética.

Carlos, proprietário de um veículo com onze lugares para passageiros, faz, semanalmente, o transporte de onze colegas para participarem da reunião da instituição religiosa na qual todos eles se congregam. Cada passageiro paga a Carlos tão somente um doze avos da despesa relativa ao combustível gasto no trajeto de ida e volta entre o município onde residem e aquele em que está sediada a igreja. Ademais, para a condução de veículos, Carlos é habilitado na categoria C.

Nessa situação, Carlos comete apenas uma infração — a de não estar habilitado na categoria adequada para o transporte daquele grupo —, já que a situação não requer licenciamento para transporte de pessoas.

- () Certo () Errado

29. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2002) Considere a seguinte situação hipotética.

Em uma rodovia em que as velocidades máximas permitidas estão de acordo com o CTB, embora transitando pela faixa da direita, um trator de rodas passou por um radar da PRF a uma velocidade de 30 km/h.

Nessa situação, o condutor do veículo cometeu infração média.

- () Certo () Errado

30. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2002) Considere as seguintes situações hipotéticas, envolvendo veículos, velocidades e vias desprovidas de sinalização regulamentadora de velocidade:

- I - trólebus (ônibus elétrico) transitando a 50 km/h em uma via local;
 II - motocicleta transitando a 80 km/h em via arterial;
 III - microônibus transitando a 108 km/h em uma via de trânsito rápido;

- IV - ônibus transitando a 108 km/h em uma rodovia;
 V - caminhão transitando a 80 km/h em uma via arterial;
 VI - camioneta transitando a 95 km/h em uma estrada;
 VII - automóvel transitando a 100 km/h em uma estrada;
 VIII - caminhão transitando a 60 km/h em uma via coletora.

Com relação às situações descritas acima, julgue o item a seguir, de acordo com o CTB.

As infrações descritas nas situações III e IV são de natureza diversa: grave e gravíssima, respectivamente.

- () Certo () Errado

RESPOSTAS COMENTADAS**1.**

Afirmativas "I", "II" e "III": Verdadeiro – As ruas, avenidas, caminhos, passagens, estradas e rodovias estão previstas no art. 2º, *caput*, do CTB/1997 como vias terrestres.

Afirmativa "IV", "V" e "VI": Verdadeiro – As praias, as vias e áreas de estacionamento, e as vias internas pertencentes aos condomínios são classificadas como via terrestres, nos termos do art. 2º, par. único, do CTB/1997.

GABARITO OFICIAL: E

2.

Em "a": Errado – A alternativa não faz menção à circulação de animais e veículos, também podendo ser classificados como trânsito pelo CTB.

Em "b" e "d": Errado – A alternativa não faz menção à circulação de animais, também podendo ser classificados como trânsito pelo CTB.

Em "c": Certo – É o texto do art. 1º, § 1º, do CTB/1997.

Em "e": Errado – A alternativa não faz menção à finalidade de estacionamento, contida na definição de trânsito prevista no CTB.

GABARITO OFICIAL: C

3.

Em "a": Errado - O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do **Sistema Nacional de Trânsito**, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito (art. 1º, § 2º, CTB/1997).

Em "b": Errado – Se os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito respondem objetivamente, conforme dispõe o art. 1º, § 3º do CTB/1997, não há a necessidade de provar o elemento culpa, característica da responsabilidade subjetiva.

Em "c": Errado – Inclui-se como "defesa da vida" a preservação da saúde e do meio-ambiente, conforme dispõe o art. 1º, § 5º, do CTB.

Em "d": Certo – É o texto do art. 1º, § 1º, do CTB/1997.

Em "e": Errado – Aplica-se as disposições do Código de Trânsito Brasileiro, também, aos condutores de veículos estrangeiros e as pessoas nele expressamente mencionadas, conforme dispõe o art. 3º do CTB/1997.

GABARITO OFICIAL: D

4.

Os conceitos apresentados pela questão estão previstos no Anexo I do CTB/1997.

Afirmativa "I": Falsa – Caminhonete é o veículo destinado ao transporte de carga com peso bruto total de até três mil e quinhentos quilogramas. O item descreve, na verdade, uma camioneta

Afirmativa "II": Verdadeira – A definição apresentada corresponde à definição de Ilha prevista no Anexo I do CTB/1997.

Afirmativa "III": Verdadeira – A definição apresentada corresponde à definição de Tara prevista no Anexo I do CTB/1997.

Afirmativa "IV": Verdadeira – A definição apresentada corresponde à definição de Veículo de Grande Porte prevista no Anexo I do CTB/1997.

GABARITO OFICIAL: D

5.

Em "a" e "b": Errado – Não é tarefa da Polícia Rodoviária Federal (PRF) a preservação do patrimônio dos Estados e dos Municípios, somente o patrimônio da União (art. 20, II, CTB/1997).

Em "c": Errado – A PRF não realiza investigações, e sim o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública (art. 20, II, CTB).

Em "d": Errado – Executar a fiscalização de trânsito, autuar, aplicar as penalidades de advertência, por escrito, e ainda as multas e medidas administrativas cabíveis é competência dos órgãos e entidades executivos rodoviários da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, conforme dispõe o art. 21, VI, do CTB.

Em "e": Certo – A alternativa apresenta as competências da PRF previstas nos incisos I, II e XI do art. 20 da CTB/1997.

GABARITO OFICIAL: E

6.

Em "a", "c", "d" e "e": Errado – A polícia rodoviária federal tem competência para arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas, conforme dispõe o art. 20, III, do CTB.

Em "b": Certo – É o texto do art. 20, III, do CTB.

GABARITO OFICIAL: B

7.

Em "a": Errado – Não há previsão no Código de Trânsito Brasileiro sobre a atuação em flagrante da Polícia Rodoviária Federal contra aquele que pratique ato prejudicial à saúde humana. O dever de fiscalização da emissão de poluentes está previsto no art. 20, XI, do CTB.

Em "b": Errado – Não se trata de uma faculdade, mas de um dever da PRF, conforme dispõe o art. 20, II, do CTB.

Em "c": Errado – O repasse dos dados dos estudos de acidentes de trânsito é feito para o órgão rodoviário federal, não ao CONTRAM (art. 20, VII, CTB).

Em "d": Certo – É o texto do art. 20, VIII, do CTB.

Em "e": Errado – O Código de Trânsito Brasileiro não prevê a possibilidade de patrulhamento ostensivo nas rodovias e estradas estaduais mediante convênio. Sua atuação restringe-se apenas às rodovias e estradas federais (art. 20, II, CTB).

GABARITO OFICIAL: D

8.

Segundo o art. 97 do CTB, as características dos veículos, suas especificações básicas, configuração e condições essenciais para registro, licenciamento e circulação serão estabelecidas pelo CONTRAN, em função de suas aplicações.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

9.

Em "a": Certo – É o texto do art. 12, I e II, do CTB.

Em "b": Errado – A alternativa dispõe sobre uma das competências do CONTRAN, prevista no art. 12, XIII, do CTB.

Em "c": Errado – A alternativa dispõe sobre as competências do Conselhos Estaduais de Trânsito – CETRAN e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE, previstas no art. 14 do CTB.

Em "d": Errado – A alternativa dispõe sobre as competências da JARI, dispostas no art. 17 do CTB.

Em "e": Errado – A alternativa dispõe sobre as competências do órgão máximo executivo de trânsito da União, previstas no art. 19 do CTB.

GABARITO OFICIAL: A

10.

O fortalecimento da cidadania permite maior respeito para com os pedestres. Segundo o art. 72 do CTB, todo cidadão ou entidade civil tem o direito de solicitar, por escrito, aos órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, sinalização, fiscalização e implantação de equipamentos de segurança, bem como sugerir alterações em normas, legislação e outros assuntos pertinentes a este Código. Além disso, prescreve o art. 68 do CTB que é assegurada ao pedestre a utilização dos passeios ou passagens apropriadas das vias urbanas e dos acostamentos das vias rurais para circulação, podendo a autoridade competente permitir a utilização de parte da calçada para outros fins, desde que não seja prejudicial ao fluxo de pedestres.

GABARITO OFICIAL: CERTO

11.

A preferência dos pedestres para atravessar em faixas onde não estejam posicionados agentes de trânsito nem semáforos não requer que os mesmos deem um sinal de advertência aos motoristas. Tal situação não está prevista no Código de Trânsito Brasileiro.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

12.

Em "a" e "b": Errado – São nas áreas urbanas, quando não houver passeios ou quando não for possível a utilização destes, a circulação de pedestres na pista de rolamento será feita com prioridade sobre os veículos, pelos bordos da pista, em fila única, exceto em locais proibidos pela sinalização e nas situações em que a segurança ficar comprometida (art. 68, § 2º, CTB).

Em "c": Errado - Nos trechos urbanos de vias rurais e nas obras de arte a serem construídas, deverá ser previsto passeio destinado à circulação dos pedestres, que não deverão, nessas condições, usar o acostamento (art. 68, § 5º, CTB).

Em "d": Errado - Onde houver obstrução da calçada ou da passagem para pedestres, o órgão ou entidade com circunscrição sobre a via deverá assegurar a devida sinalização e proteção para circulação de pedestres (art. 68, § 6º, CTB).

Em "e": Certo – É o texto do art. 68, § 1º, do CTB.

GABARITO OFICIAL: E

13.

Em "a": Errado – Não há tal previsão para o ciclista empurrando a bicicleta no Código de Trânsito Brasileiro.

Em "b": Errado – O ciclista que empurra a bicicleta não pode circular entre os carros. Apesar de não haver tal proibição no CTB, trata-se de questão de segurança, vez que o ciclista corre altos riscos ao andar com a bicicleta entre os veículos.

Em "c": Certo - O ciclista desmontado empurrando a bicicleta equipara-se ao pedestre em direitos e deveres, podendo atravessar quando o quando o semáforo estiver indicando a cor verde para os pedestres (art. 68, § 1º, CTB).

Em "d": Errado – Transitar pela contramão da via é considerada uma infração de natureza grave ou gravíssima pelo Código de Trânsito, conforme dispõe o art. 186 do CTB.

Em "e": Errado – Não há, no Código de Trânsito Brasileiro, previsão para o ciclista que empurra a bicicleta evitar ruas e avenidas movimentadas.

GABARITO OFICIAL: C

14.

Dispõe o art. 91 do CTB que O CONTRAN estabelecerá as normas e regulamentos a serem adotados em todo o território nacional quando da implementação das soluções adotadas pela Engenharia de Tráfego, assim como padrões a serem praticados por todos os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito. Em relação ao sonorizador e a colocação de ondulação, É proibida a utilização das ondulações transversais e de sonorizadores como redutores de velocidade, salvo em casos especiais definidos pelo órgão ou entidade competente, nos padrões e critérios estabelecidos pelo CONTRAN (art. 94, par. único, CTB).

GABARITO OFICIAL: CERTO

15.

Segundo o art. 61 do CTB, a velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito. Não havendo sinalização, o Código de Trânsito apenas faz distinção em relação a velocidade dos veículos nas vias rurais, não nas vias urbanas. A velocidade máxima, nas vias urbanas mencionadas pelos itens do enunciado da questão, é de: trinta quilômetros por hora, nas vias locais; sessenta quilômetros por hora, nas vias arteriais; e oitenta quilômetros por hora, nas vias de trânsito rápido (art. 61, § 1º, I, CTB).

GABARITO OFICIAL: CERTO

16.

Em "a": Errado - É proibida a utilização das ondulações transversais e de sonorizadores como redutores de velocidade, salvo em casos especiais definidos pelo órgão ou entidade competente, nos padrões e critérios estabelecidos pelo CONTRAN (art. 94, par. único, CTB).

Em "b": Errado - Nenhuma obra ou evento que possa perturbar ou interromper a livre circulação de veículos e pedestres, ou colocar em risco sua segurança, será iniciada sem permissão prévia do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via (art. 95, CTB). Não há previsão de autorização por decreto pelo Poder Executivo previsto no Código de Trânsito.

Em "c": Errado - A obrigação de sinalizar é do responsável pela execução ou manutenção da obra ou do evento (art. 95, § 1º, CTB). Não há previsão da polícia militar e da guarda municipal se responsabilizar pela sinalização durante a execução da obra.

Em "d": Certo – É o texto do art. 93 do CTB.

Em "e": Errado - Salvo em casos de emergência, a autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via avisará a comunidade, por intermédio dos meios de comunicação social, com quarenta e oito horas de antecedência, de qualquer interdição da via, indicando-se os caminhos alternativos a serem utilizados (art. 95, § 2º, CTB).

GABARITO OFICIAL: D

17.

Em "a": Errado - O sistema automático não metrológico de fiscalização necessita estar em conformidade com as avaliações feitas pelo INMETRO.

Em "b": Errado - O medidor de velocidade dotado de dispositivo registrador de imagem deve permitir a identificação do veículo e, no mínimo, registrar outros dados essenciais como Data e hora da infração, conforme dispõe o art. 2º, I, c, da Resolução nº 396/2011 do CONATRAM.

Em "c": Errado – O medidor de velocidade deve conter o local da infração identificado de forma descritiva ou codificado; conforme dispõe o art. 2º, II, b, da Resolução nº 360/2011 do CONATRAM.

Em "d": Errado - Não é obrigatória a presença da autoridade de trânsito ou de seu agente, no local da infração, quando utilizado o medidor de velocidade com dispositivo registrador de imagem (art. 4º, § 1º, Res. nº 396/2011 do CONATRAM).

Em "e": Certo – É o texto do art. 7º da Resolução nº 396/2011 do CONATRAM.

GABARITO OFICIAL: E

18.

Em "a": Errado – O veículo deve ser identificado por ambas as placas, dianteira e traseira.

Em "b": Certo – É o texto do *caput* do art. 114 do CTB.

Em "c" e "e": Errado – A alternativa não menciona a identificação do veículo pelas placas dianteira e traseira.

Em "d": Errado – A alternativa não menciona a identificação do veículo por gravação do chassi ou monobloco.

GABARITO OFICIAL: B

19.

Em "a": Errado – O presidente do Tribunal Federal não pode ter em veículo de representação pessoal a utilização de placa de cores verde e amarela da Bandeira Nacional.

Em "b": Errado – O governador de Estado não pode ter em veículo de representação pessoal a utilização de placa de cores verde e amarela da Bandeira Nacional.

Em "c": Certo – Segundo o art. 115, § 2º, do CTB, as placas com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional serão usadas somente pelos veículos de representação pessoal do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do Presidente e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Ministros de Estado, do Advogado-Geral da União e do **Procurador-Geral da República**.

Em "d": Errado – O oficial geral das Forças Armadas não pode ter em veículo de representação pessoal a utilização de placa de cores verde e amarela da Bandeira Nacional.

Em "e": Errado – O prefeito não pode ter em veículo de representação pessoal a utilização de placa de cores verde e amarela da Bandeira Nacional.

GABARITO OFICIAL: C

20.

Em "a": Errado - Nos veículos oficiais utilizados por Prefeitos as placas são: fundo preto e caracteres cinza metálico.

Em "b": Errado – Os vice-Governadores poderão adotar o mesmo modelo de placa dos Governadores, conforme dispõe o art. 2º da Resolução nº 32/1998 do CONTRAN.

Em "c": Certo – É o texto do art. 2º, 2, da Res. nº 32/1988 do CONTRAN.

Em "d": Errado - As placas do fundo vermelho com letras e números em branco é da categoria aluguel.

Em "e": Errado - Através da Resolução nº 309/09, o Contran estabeleceu que quando a placa não couber no receptáculo a ela destinado no veículo o Denatran poderá (trata-se de ato discricionário) autorizar redução de até 15% no seu cumprimento, desde que devidamente justificado pelo seu fabricante ou importador, mantida a altura dos caracteres alfanuméricos e os espaços a eles destinados.

GABARITO OFICIAL: C

21.

Dispõe o art. 256, VII, do CTB que a autoridade de trânsito, na esfera das competências estabelecidas neste Código e dentro de sua circunscrição, deverá aplicar, às infrações nele previstas, a penalidade de frequência obrigatória em curso de reciclagem. Dispõe, também, no § 1º do mesmo artigo, que a aplicação das penalidades previstas no Código de Trânsito não elide as punições originárias de ilícitos penais decorrentes de crimes de trânsito, conforme disposições de lei.

Pelo texto legal, infere-se que a autoridade de trânsito possui um dever de aplicar as sanções estabelecidas no Código de Trânsito. Todavia, de modo geral, a aplicação de sanções consiste em um ato discricionário, uma vez que a autoridade competente tem **a faculdade** de aplicar a sanção mais adequada, que atenda melhor as necessidades de cada caso. Assim, o conteúdo da frase do enunciado coincide com essa fundamentação.

GABARITO OFICIAL: CERTO.

22.

Em relação ao CTB, dispõe o art. 22 que as crianças com idade inferior a dez anos devem ser transportadas nos bancos traseiros, salvo exceções regulamentadas pelo CONTRAN. Estas exceções estão discriminadas na Resolução nº 277/2008 do CONTRAN. São três: I – quando o veículo for dotado exclusivamente deste banco; II – **quando a quantidade de crianças menores de dez anos exceder a lotação do banco traseiro**; ou III – quando o veículo for dotado originalmente (fabricado) de cintos de segurança subabdominais (dois pontos) nos bancos traseiros.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

23.

Em relação a idade, dispõe a Resolução nº 277/2008 do CONTRAN, em seu art. 3º, inciso I, que é vedado o transporte de crianças com até sete anos e meio de idade, em dispositivo de retenção posicionado em sentido contrário ao da marcha do veículo. Quanto a utilização do cinto de segurança, a parte Anexo da referida Resolução dispõe que as crianças com idade superior a sete anos e meio e inferior ou igual a dez anos deverão utilizar o cinto de segurança do veículo. Dessa forma, analisando a frase apresentada pelo enunciado da questão, conclui-se que não ocorreu nenhuma infração da legislação de trânsito.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

24.

O erro da frase apresentada na questão está na parte em que alega a cassação automática da CNH do motorista. Sobre o tema, prescreve o art. 265 do CTB que as penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação serão aplicadas por decisão fundamentada da autoridade de trânsito competente, em processo administrativo, **assegurado ao infrator amplo direito de defesa**. Com isso, o motorista pode utilizar-se do seu direito de defesa para se manifestar, antes que ocorra qualquer tipo de cassação ou suspensão de sua CNH.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

25.

Em "a": Errado – A infração deve ser considerada gravíssima, uma vez que o motorista da Van possuía uma CNH de um veículo de classe diferente daquele que estava conduzindo, nos termos do art. 162, III, do CTB.

Em "b": Desatualizado – A alternativa faz referência a possibilidade de recolhimento da habilitação, conforme dispõe o art. 162, III, do CTB. Porém, a promulgação da Lei nº 13.281/2016 acabou alterando o conteúdo do referido dispositivo. Dessa forma, diante do caso apresentado, a autoridade pode, somente como medida administrativa, reter o veículo até a apresentação do condutor habilitado (art. 162, III, do CTB).

Em "c": Errado – A autoridade não tem competência para deter o motorista do veículo nessas condições.

Em "d": Errado – Não há a possibilidade de cassação de CNH disposta no art. 162, III, do CTB.

Em "e": Errado – Não há previsão do recolhimento do certificado de registro de veículo no Código de Trânsito.

GABARITO OFICIAL: B

26.

Em "a", "b", "c" e "e": Errado – As alternativas não apresentam corretamente a duração da pena de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou habilitação.

Em "d": Certo - A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, tem a duração de dois meses a cinco anos (art. 293, *caput*, CTB).

GABARITO OFICIAL: D

27.

Segundo o art. 220 do CTB, Deixar de reduzir a velocidade do veículo de forma compatível com a segurança do trânsito quando se aproximar de passeatas, aglomerações, cortejos, préstitos e desfiles é uma infração gravíssima, cuja penalidade é aplicação de multa.

GABARITO OFICIAL: CERTO

28.

Pela situação apresentada no enunciado da questão, Carlos enquadrar-se na categoria D, pois é considerado condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista (art. 143, IV, CTB). Sendo assim, Carlos deve ser punido por estar conduzindo veículo de categoria diferente, pois trata-se de infração gravíssima, nos termos do art. 162, III, do CTB. Todavia, como não há necessidade de licenciamento para os condutores na categoria D, Carlos comete apenas uma única infração.

GABARITO OFICIAL: CERTO

29. Dispõe o art. 219 do CTB, transitar com o veículo em velocidade inferior à metade da velocidade máxima estabelecida para a via, retardando ou obstruindo o trânsito, a menos que as condições de tráfego e meteorológicas não o permitam, **salvo se estiver na faixa da direita:** Infração - média; Penalidade - multa. Dessa forma, diante da frase apresentada no enunciado da questão, o condutor do veículo não cometeu nenhuma infração.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

30.

Sobre o micro-ônibus (item III): A velocidade máxima permitida para as vias de trânsito rápido é de 80 km/h (oitenta quilômetros por hora), conforme dispõe o art. 61, § 1º, I, *a*, do CTB. Se o micro-ônibus anda a 108 km/h, sua velocidade está 35% acima do limite máximo permitido. Logo, a infração cometida pelo condutor é de natureza grave (art. 218, II, CTB).

Sobre o ônibus (item IV): A velocidade máxima permitida em uma rodovia é de 90 km/h (noventa quilômetros por hora) para veículos que não sejam automóveis, camionetas e motocicletas, conforme dispõe o art. 61, II, *b*, do CTB. Se o ônibus anda a 108 km/h, sua velocidade está 20% acima do limite máximo permitido. Logo, a infração cometida pelo condutor é de natureza média (art. 218, I, CTB).

GABARITO OFICIAL: ERRADO.